

LUIZ GUSTAVO LOVATO

CURSO DE PROCESSO CIVIL

Execuções

2ª Edição

Revista e Atualizada

Volume 5

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2017

Copyright © 2017 by Luiz Gustavo Lovato

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

L896c Lovato, Luiz Gustavo.
 Curso de Processo Civil: Execuções. / Luiz Gustavo Lovato.- 2.
 ed. rev. e atual - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.
 292 p. ; 21 cm. . (Curso de Processo Civil ; Vol. 5)

Bibliografia: p. 273-275.

ISBN 978-85-8440-976-1

1. Direito Processual Civil - Brasil. 2. Execuções (Direito) -
Cíveis - Brasil. 3. Processo Civil - Brasil. I. Título.

CDD - 347.8105

CDD - 341.46

Sumário

CAPÍTULO 1 - Teoria Geral das Execuções Cíveis.....	1
Introdução	1
UNIDADE 1. A Tutela Executiva.....	2
UNIDADE 2. Atos Executivos	7
Seção 2.1. Espécies de Atos Executivos	
Juridicamente Possíveis	8
UNIDADE 3. Princípios que Regem as Execuções Cíveis ...	14
UNIDADE 4. Formas de se Proceder à Execução.....	24
Seção 4.1. Execução Indireta (coerção processual)	25
Seção 4.2 Execução Direta (sub-rogação)	31
UNIDADE 5. Pressupostos Processuais, Legitimidade	
para a Causa e Interesse de Agir	35
Seção 5.1. Pressupostos Processuais.....	36
Seção 5.2. Legitimidade para a causa.....	39
Seção 5.3. Interesse de agir e Inadimplemento.....	45
CAPÍTULO 2 - Competência para Processar a	
Ação Executiva	51
UNIDADE 1. Jurisdição e Competência.....	51
UNIDADE 2. A Competência para a Execução de	
Título Executivo Extrajudicial.....	54
UNIDADE 3. A Competência para o	
Cumprimento da Sentença.....	58
UNIDADE 4. A Competência para a	
Execução de Alimentos.....	65
UNIDADE 5. Competência para Propositura	
das Execuções Fiscais	67

UNIDADE 6. Competências Previstas em	
Leis Extravagantes.....	68
Seção 6.1. Juizados Especiais	69
Seção 6.2. Lei nº 8.245/91 (Lei do Inquilinato)	71
Seção 6.3. Ações coletivas e o Código de	
Defesa do Consumidor	73
CAPÍTULO 3 - Títulos Executivos	75
UNIDADE 1. Nulla Executio Sine Titulo.....	75
Seção 1.1. Previsão legal	76
Seção 1.2. Força executiva da obrigação	77
UNIDADE 2. A Forma do Título Executivo	81
UNIDADE 3. Natureza Jurídica do	
Título Executivo	84
UNIDADE 4. Títulos Executivos em Espécie –	
Títulos Judiciais	89
Seção 4.1. As Decisões proferidas no Processo Civil	
que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar	
quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa	89
Seção 4.2. A Decisão Homologatória de	
Autocomposição Judicial.....	92
Seção 4.3. A Decisão Homologatória de	
Autocomposição Extrajudicial de qualquer natureza	94
Seção 4.4. O Formal e a Certidão de Partilha,	
exclusivamente em relação ao inventariante, aos	
herdeiros e aos sucessores a título singular ou universal ...	95
Seção 4.5. O crédito de auxiliar da justiça, quando	
as custas, emolumentos ou honorários tiverem sido	
aprovados por decisão judicial	97
Seção 4.6. A Sentença Penal Condenatória	
Transitada em Julgado.....	98
Seção 4.7. A Sentença Arbitral	101

Seção 4.8. A Sentença Estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	103
Seção 4.9 A Decisão Interlocutória Estrangeira, após a concessão do exequatur à Carta Rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça.....	104
UNIDADE 5. Títulos Executivos em Espécie -	
Títulos Extrajudiciais.....	105
Seção 5.1. Letra de Câmbio, Nota Promissória, Debênture, Duplicata ou Cheque	106
Seção 5.2. A Escritura Pública ou outro Documento Público assinado pelo devedor.....	111
Seção 5.3. O Documento Particular assinado pelo devedor e por 2 (duas) testemunhas.....	112
Seção 5.4. O Instrumento de Transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	113
Seção 5.5. O Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	115
Seção 5.6. O Contrato de Seguro de Vida em caso de morte	117
Seção 5.7. O crédito decorrente de Foro e Laudêmio.....	117
Seção 5.8. O Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de Aluguel de Imóvel, bem como de Encargos Acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio	119
Seção 5.9. A Certidão de Dívida Ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	120

Seção 5.10. O Crédito referente às Contribuições Ordinárias ou Extraordinárias de Condomínio Edifício, previstas na respectiva Convenção ou aprovadas em Assembleia Geral, desde que documentalmente comprovadas.....	121
Seção 5.11. a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei.....	123
Seção 5.12. Títulos Executivos previstos em leis extravagantes.....	124
UNIDADE 6. Título Extrajudicial Estrangeiro	124

CAPÍTULO 4 - Responsabilidade

Patrimonial do Executado	127
UNIDADE 1. Patrimônio Sujeito à Execução.....	131
Seção 1.1. Bens do Sucessor a Título Singular, tratando-se de execução fundada em direito real ou obrigação reipersecutória.....	132
Seção 1.2. Dos bens do sócio, nos termos da lei.....	135
Seção 1.3. Desconsideração da Personalidade Jurídica	136
Seção 1.4. Bens do devedor em poder de terceiro	138
Seção 1.5. Bens do cônjuge ou companheiro, nos casos em que seus bens próprios ou de sua meação respondem pela dívida.....	139
Seção 1.6. Cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores	142
UNIDADE 2. Segurança do Juízo e	
Garantia da Execução	144

UNIDADE 3. Penhora	146
Seção 3.1. A penhora concede direito de preferência ao exequente	148
Seção 3.2. Constrição e indisponibilidade de bens do executado	151
UNIDADE 4. Depósito	152
UNIDADE 5. Formas de Realização da Penhora.....	155
Seção 5.1. Auto de Penhora	156
Seção 5.2. Penhora por Termo	157
Seção 5.3. Substituição do bem penhorado.....	159
Seção 5.4. Excesso de penhora e penhora inútil.....	162
UNIDADE 6. Impenhorabilidade	164
Seção 6.1. Bens tidos por impenhoráveis pelo CPC	167
6.1.1. Os bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução	167
6.1.2. Os móveis, os pertences e as utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou os que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	169
6.1.3. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor.....	171
6.1.4. Os vencimentos, os subsídios, os soldos, os salários, as remunerações, os proventos de aposentadoria, as pensões, os pecúlios e os montepios, bem como as quantias recebidas por liberalidade de terceiro e destinadas ao sustento do devedor e de sua família, os ganhos de trabalhador autônomo e os honorários de profissional liberal	172

6.1.5. Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício da profissão do executado	174
6.1.6. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	176
6.1.7. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	177
6.1.8. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social e os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político	178
6.1.9 A quantia depositada em caderneta de poupança, até o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos	178
6.1.10 Os créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra.....	179
Seção 6.2. O Bem de Família da Lei nº. 8.009/90.....	180
UNIDADE 7. Fraude à Execução.....	184

CAPÍTULO 5 - Provimentos Cautelares nas

Execuções e Execução Contra a Fazenda Pública	191
UNIDADE 1. Arresto e Citação por Edital nas Execuções	193
UNIDADE 2. Sequestro e Execução Contra a Fazenda Pública.....	196
Seção 2.1. Cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública.....	197
Seção 2.2. Cumprimento da tutela provisória.....	199

Seção 2.3 Execução de título extrajudicial contra a Fazenda Pública.....	201
---	-----

CAPÍTULO 6 - Prática do Processo de Execução:

Títulos Executivos, Obrigações e

Procedimento Executório.....	203
UNIDADE 1. Liquidação da Sentença	204
Seção 1.1. Liquidação por arbitramento	207
Seção 1.2. Liquidação por procedimento comum.....	209
UNIDADE 2. Cumprimento da Sentença	211
Seção 2.1. Obrigação de pagar quantia certa	214
Seção 2.2. Execução de alimentos.....	215
Seção 2.3. Obrigação de fazer e não fazer	218
Seção 2.4. Obrigação de entrega de coisa certa ou incerta	220
UNIDADE 3. Execução de Títulos Extrajudiciais	222
Seção 3.1. Obrigação de entrega de coisa certa.....	224
Seção 3.2. Obrigação de entrega de coisa incerta	225
Seção 3.3. Obrigações de fazer e de não fazer	227
Seção 3.4. Obrigação de pagar quantia certa	229
UNIDADE 4. Execução Definitiva e Execução Provisória	232
UNIDADE 5. Execução Fiscal.....	236

CAPÍTULO 7 - Execução por Quantia Certa contra

Devedor Insolvente.....	239
UNIDADE 1. Da Insolvência do Devedor	239
UNIDADE 2. Consequências da Decretação da Insolvência.....	241
Seção 2.1. Insolvência Requerida Pelo Credor	243
Seção 2.2. Insolvência Requerida Pelo Devedor ou o Seu Espólio.....	243
UNIDADE 3. O Processamento da Insolvência	244

CAPÍTULO 8 - Meios de Defesa do Executado	247
UNIDADE 1. Impugnação do	
Cumprimento da Sentença.....	247
UNIDADE 2. Embargos à Execução e Embargos	
à Execução Fiscal	250
UNIDADE 3. Exceção de Pré-Executividade	255
 CAPÍTULO 9 - Procedimentos Especiais	
Relacionados à Execução	259
UNIDADE 1. Embargos de Terceiro.....	259
UNIDADE 2. Ação Monitória.....	261
 CAPÍTULO 10 - Meios de Expropriação e	
Extinção das Execuções.....	265
UNIDADE 1. Meios de Expropriação.....	266
UNIDADE 2. Extinção das Execuções	271
 Referências Bibliográficas	273